



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600359-48.2024.6.21.0071 - RECURSO ELEITORAL (11548)
Procedência: 071ª ZONA ELEITORAL DE GRAVATAÍ/RS
Recorrente: ELEICAO 2024 RONALDO ANTONIO MICHELOTTI VEREADOR
Relator: DES. ELEITORAL VOLNEI DOS SANTOS COELHO

P A R E C E R

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2024. VEREADOR. DESAPROVAÇÃO E DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOIRO NACIONAL. OMISSÃO DE DESPESAS. IRREGULARIDADES COM RECEITAS PRÓPRIAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS. VALOR ACIMA DOS PARÂMETROS JURISPRUDENCIAIS DE INEXPRESSIVIDADE. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por RONALDO ANTONIO MICHELOTTI, candidato a vereador no município de Gravataí/RS, contra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

sentença que julgou **desaprovadas** suas contas referentes à movimentação financeira de 2024, determinado o **recolhimento** de R\$ **12.950,90** ao Tesouro Nacional, com fulcro no art. 74, inciso III, da Resolução TSE no 23.607/2019. (ID 45983539).

Irresignado, o recorrente sustenta que “os documentos apresentados extemporaneamente em processo de prestação de contas após o parecer técnico, embora inócuo para neutralizar o impacto na regularidade das contas decorrentes das falhas constatadas, devem ser consideradas para fins de ajuste no montante a ser devolvido ao Erário, na medida em que ostentam aptidão para comprovar a regularidade substancial das despesas glosadas, com a aprovação das contas com ressalvas e ajustar o montante a ser devolvido ao Tesouro Nacional, evitando o enriquecimento ilícito da união. (ID 45983544)

Após, foram os autos encaminhados a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Não assiste razão ao recorrente. Vejamos.

Inicialmente, mostra-se inviável a aceitação dos documentos juntados pelo recorrente nos IDs 45983520 até 45983538, uma vez que seu conhecimento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

demandaria a reabertura da fase instrutória, bem como o retorno dos autos ao órgão técnico para nova análise das contas. Tal providência contraria o entendimento já consolidado por esse egrégio Tribunal Regional.

No mérito, a insurgência recursal refere-se à desaprovação das contas por irregularidades referentes ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

A Unidade Técnica deste egrégio Tribunal (SAI) concluiu que (ID 45983513):

CONCLUSÃO

Impropriedades - Observaram-se impropriedades nos itens 1, 2 e 3 deste Parecer Conclusivo. As falhas prejudicaram a verificação das contas e a destinação das despesas.

As irregularidades graves identificadas nos itens acima citados, no montante de **R\$ 12.950,90 (doze mil e novecentos e cinquenta reais e noventa centavos)**, estão em desacordo com o estabelecido no art. 32 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sujeitas a recolhimento ao Tesouro Nacional, conforme o disposto no mesmo artigo.

Observa-se, assim, que a soma das irregularidades resulta R\$12.950,90 e perfazem a totalidade dos recursos arrecadados, de modo que superam os 10% para possível aprovação com ressalvas.

Portanto, **não deve prosperar a irresignação**, mantendo-se a sentença pela **desaprovação** das contas, nos termos do art. 74, inciso III, da Resolução TSE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

n. 23.607/2019, bem como o dever de recolhimento do montante de **R\$12.950,90** ao Tesouro Nacional.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por sua agente signatária, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2025.

MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA

Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar

JM